

A tribo é uma só

Para a antropóloga paulista Lúcia Helena Rangel, a luta pelos direitos dos índios coincide com a defesa da cidadania a todos os excluídos no País

POR ANTONIO CARLOS PRADO

A antropóloga paulista Lúcia Helena Rangel, 38 anos, professora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, dedica-se ao estudo das populações indígenas brasileiras – especificamente as de São Paulo, Rondônia e Mato Grosso. Num país no qual o ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, defende a repisada tese de integração do índio – o que no fundo vem significando a desintegração desses povos em meio à sociedade brasileira –, e alguns antropólogos insistem em defender o índio com argumentos mais folclóricos e menos sociais, Lúcia Helena põe as idéias no lugar. A luta pelos direitos do índio, para ela, coincide com a luta política pelos direitos de todos os excluídos, estejam eles nas matas ou nos centros urbanos – ou seja, a conquista da cidadania. A antropóloga explica, também, por que secularmente no Brasil a questão do índio é tratada pelos militares. E diz o motivo pelo qual a Amazônia, tida como o pulmão do mundo em discursos sobre a soberania nacional, está doente de malária.

P – Nas comemorações do Dia do Índio, o ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, falou de política de integração. Primeiro: o que é a tão falada política de integração do índio no Brasil? Segundo: qual o interesse dos militares nessa política?

R – No caso brasileiro a

política oficial em relação aos índios sempre usou o termo integração como sendo quase um sinônimo de desfazer vidas sociais que não se enquadram exatamente no padrão brasileiro. Eu explico isso, porque, aqui, integrar significa desmanchar. Significa no caso do índio tirar-lhe a terra, significa desqualificá-lo como uma etnia, como uma sociedade com características próprias. O conceito de integração talvez se aplique bem a situações em que se está lidando com sociedades e com grupos étnicos com

tradições culturais diferenciadas. Então procede o termo integração. Entretanto, o uso que se faz desse conceito, que é um conceito sociológico, é um uso que tem por finalidade de fato acabar com aquilo que uma tradição cultural, no caso a indígena, traz de história, de riqueza e de até uma certa autonomia. Então, eu acho que se chega a um problema crucial que é a questão da autonomia desses povos indígenas. A eles nunca foi dada ou concedida ou respeitada a sua autonomia enquanto sociedade. E

se ela não é respeitada como sociedade, falar em integração, portanto, significa de fato acabar com a sua autonomia. Não se trata de integração entre dois grupos ou diversos grupos culturalmente diferenciados, não se trata de propiciar um relacionamento melhor, concessões de ambas as partes.

P – Militar entende de índio?

R – Os militares no Brasil têm uma tradição, desde o Segundo Império, uma grande tradição de trabalho com os índios. Na verdade, foram eles que sempre trabalharam com os índios. Basta lembrar do marechal Rondon, Cândido Mariano da Silva Rondon. Ele foi responsável pela criação do SPI – Serviço de Proteção ao Índio –, em 1910, num contexto de início da República, quando os militares estavam de fato tomando conta do País. Eu



Lúcia Helena

Temos engolido discursos que nos assustam

JULIO BERNARDES

não vou dizer que o trabalho do marechal Rondon seja um trabalho de extermínio do índio; ao contrário, eu acho até que existem diversos méritos a serem considerados. Mas o que acontece é que nesse sentido os militares passaram a ser no Brasil os donos da verdade.

P – Quando o ministro Leônidas diz que a cultura do índio não é respeitável porque ela é de baixo nível, qual é o parâmetro cultural, ou seja, o que é cultura de alto nível?

R – No Brasil isso é de dar risada. O que seria cultura de alto nível no Brasil? A gente até sabe o que é cultura de alto nível na Europa. Agora, no Brasil, o que é cultura de alto nível e de baixo nível a gente não sabe direito, porque se vê, por exemplo, um grande fazendeiro que vai aos Estados Unidos aprender técnicas novas de agricultura falando português errado. Eu acho que essa idéia de qualificar culturas como baixas e altas, superiores e inferiores, que está presente no discurso militar brasileiro, vem de uma prepotência, que é de fato a prepotência que vem da visão que eles têm de sociedade. Aquilo que é alto, aquilo que é bom, aquilo que é valorizado como certo, sai do padrão da cabeça daquele que manda.

P – Por trás dessa cultura de alto nível e por trás da questão do índio está sempre colocada a questão da terra?

R – No caso indígena está sempre colocada a questão da terra. E essa é a principal questão que norteia todos os

Falar em culturas superior e inferior é o discurso da prepotência

conflitos e todos os desmandos, abusos, genocídios, assassinatos, que já se cometeram contra o indígena brasileiro. Nesse sentido, o mesmo tratamento que é dado ao posseiro, ao pequeno proprietário e ao lavrador pobre é o tratamento dado ao índio. Há no Brasil uma lei de 1850, que é a Lei de Terras, que transformou todas as terras em objeto de compra e venda.

Posteriormente ela foi trabalhada como uma figura jurídica justamente para atender determinados casos, principalmente, do grande proprietário que dizia que tinha ocupado a terra.

P – Nos últimos tempos, quais seriam os exemplos de choques entre o interesse fundiário e os interesses dos índios?

R – Há uma questão fundamental vinculada à ocupação do território brasileiro. Depois de quase cinco séculos de colonização, o País ainda não está totalmente ocupado. O desenvolvimento do capital no Brasil não teve o fôlego suficiente para ocupar o território como um todo. Então esse processo é um processo que gera conflitos de interesses. No próprio século XX, de 1960 para cá, ocorreu uma grande explosão de conflitos na área rural justamente porque o Centro-Oeste e o Norte do Brasil passam a ser ocupados. Até então, existiam inúmeras tribos indígenas vivendo ali na floresta, nas matas, sem contato quase nenhum com a nossa civilização. É óbvio que tinham contatos com a sociedade brasileira, mas um contaço que não levava necessariamente ao genocídio. E de 60 para cá eles vão se desdobrando, se multiplicando e as barbaridades que vão sendo cometidas são muito grandes.

P – Isso ocorre, basicamente, de 1964 para cá...

R – É o fator governamental, de política econômica propriamente dita: ocupar o País, fazer a tal da integração nacional que está nos planos de desenvolvimento nacional de 1964. Isso significa construir estradas, aumentar o alcance das linhas telegráficas, colocar telefone que é o meio de comunicação mais rápido, o satélite, e preservar as fronteiras, que eram até essa época fronteiras maulcuidadas, quase inatingíveis. O progresso é ótimo, mas tem de ser partilhado por todos. O problema das fronteiras é um problema republicano. Aliás, desde a Guerra do Paraguai que ele existe. Mas é eminentemente republicano. Por que os militares têm essa tarefa de implantar linhas telegráficas, estradas, primeiro estradas de ferro e depois de rodagem, mais recentemente satélites e grandes

meios de comunicação? Porque esse é o problema do Brasil, é um território muito grande e mal ocupado. Mas ninguém nos garante que a ocupação por grandes latifundiários também seja uma maneira de preservar as nossas fronteiras. Basta olhar o Projeto Calha Norte que veio burilar a idéia de uma ocupação de fronteira bem ao Norte do País, em plena selva amazônica, ainda com o mesmo

Para os militares, o índio integra o grupo de inimigos internos

espírito do século passado. E mais uma vez se vê reproduzida a maneira autoritária de se tratar a questão de fronteira. Alguns antropólogos e padres já disseram: se houver um índio, um padre e um militar é possível guardar as fronteiras, mas com o militar mandando no padre e no índio.

P – Como está hoje o Projeto Calha Norte?

R – Ele nasceu e ele está na mão dos ministérios militares, é um objeto de segurança nacional, um empreendimento militar. Eu até concordo que resguardar fronteiras seja tarefa de militar. Se há uma coisa para a qual o nosso Exército devia servir e as Forças Armadas também é resguardar as nossas fronteiras. Mas eles não conseguem, por exemplo, resguardar as fronteiras de contrabandistas. Isso é uma coisa histórica. E será que eles precisam do índio para isso? O índio não faz contrabando. O inimigo é interno, o inimigo é o índio que está ali vivendo na fronteira, o inimigo é o posseiro. O inimigo não é aquele que ataca a fronteira, não é, por exemplo, o traficante de drogas, o contrabandista de armas e automóveis. Então, a idéia de resguardar fronteira é uma idéia estranha para quem vê o problema na ótica indígena, soa muito estranho: por que os tratamentos são diferenciados? Por que as aldeias indígenas têm de ser transformadas em redutos militares de resguardo da fronteira? Para quê? Para acabar com o índio? É uma pergunta que fi-

continua na pág. 8

continuação da pág. 4

ca para os antropólogos que lidam com essas idéias descabidas, com idéias preconceituosas, com idéias esdrúxulas mesmo.

P – *Em termos concretos e práticos, quais as vantagens da reserva de terra e dos parques nacionais para o índio?*

R – No processo de ocupação do território brasileiro, com tantos desmandos e com tanto ponto de partida autoritário, a fixação de reservas ou parques nacionais constitui a garantia para essas populações de que elas continuarão existindo, para elas é um meio de vida. A vantagem dos parques é que eles são maiores, têm área florestal de preservação de floresta e isso é sempre bom para o índio. E não é só bom para o índio, é bom também para o Brasil ter pelo menos em alguns lugares a floresta preservada. Agora isso depende da região porque em algumas, como o Sudeste e Sul do Brasil, são tão poucas as áreas de floresta que nesses casos as reservas por si só constituem um meio de vida do índio. E o que acontece numa área que não tem floresta, que não tem mais mata? O índio tem de viver exclusivamente da agricultura e isso traz a ele um conjunto de conseqüências técnicas mesmo, de reposição de investimento, de reposição de terra, de reposição de instrumento de trabalho; as terras vão se erodindo com o tempo e, quanto menos técnica se tem, mais a erosão se faz presente. Então o investimento agrícola propriamente dito é um investimento caro e muitas

As reservas são a garantia de terra para os índios brasileiros

vezes uma comunidade indígena não tem um ritmo de produção suficiente para estar repondo, porque ela não atua no esquema da exploração da mão-de-obra; são as famílias que trabalham para si, para vender os produtos e com essa venda conseguir os objetos industrializados necessários a sua subexistência – como roupa, sabão, instrumento de trabalho e até

mesmo alimento. É muito complicado para uma comunidade qualquer fabricar sal, por exemplo, e hoje o sal faz parte da dieta indígena da mesma maneira que faz parte de nossa dieta. O sal foi a maneira que o Estado brasileiro encontrou de distribuir iodo para a população. Ingerimos iodo através do sal na dose certa para combater o bócio que foi um grande problema de saúde pública no Brasil.

P – *A sra. falou em saúde. Diz-se que em contato com o branco o índio adquire com facilidade doenças que não tem, porque seu corpo não produz determinados anticorpos próprios dos centros urbanos. Isso procede? Ou mais grave é o fato de o índio, nesses centros urbanos, acabar se tornando mão-de-obra barata, desqualificada, tender à marginalidade?*

R – Eu diria que na cidade o índio vai fazer parte do contingente de mão-de-obra desqualificada, sem qualificação técnica, e nesse sentido o sr. vê que na cidade os mais doentes são os mais pobres, são os que vão morrer em favela, que vão morar em cortiços, que vão trabalhar em empregos totalmente insalubres e que não vão ter dinheiro basicamente para comer. Também sabemos que a alimentação adequada evita um conjunto de doenças que se tem na cidade. As duas questões caminham juntas. Esse é um problema grave. Na cidade o índio é isso.

E no campo o que ele é? Ele também acaba sendo afetado por diversas doenças que vão atingir a população rural como um todo. Basta ver o que está acontecendo com a malária no Brasil. Depois da malária combatida no Sul e no Sudeste já há muitas décadas, ela volta ao cenário brasileiro e volta na Amazônia. Por que ela volta na Amazônia? A malária sempre esteve lá, entretanto se agravou enormemente com o desmatamento. O desmatamento provoca no período de chuvas uma quantidade de poças d'água muito maior do que tinha antes. Hoje em dia se tem verdadeiros lagos que se formam em zonas desmatadas, nas estradas que não estão asfaltadas na Amazônia. Há lagos que chegam a cobrir um caminhão. Para secar um lago desse demora muito mais tempo, a água fica parada, e o mosquito transmissor da malária prolifera com rapidez e muitas vezes mais. A malária tem atingido a Amazônia de

forma muito dramática. Eu digo que, para a questão de saúde em relação às populações indígenas, há igual des-caso com a situação da saúde pública em todo o País.

P – *Quanto à malária quer dizer que o pulmão do mundo, a Amazônia, está doente?*

R – Não é o pulmão do mundo.

P – *É um dos símbolos nacionais de soberania, segundo alguns...*

A Amazônia é um símbolo nacional desmatado e doente de malária

R – É um símbolo doente, porque está sendo atacado por um vírus mortal, o da acumulação desenfreada do capital com perspectiva imediatista. E doente de malária também. Eu acho que nenhum brasileiro, e aí incluo os índios, concordam com essa idéia de deixar a Amazônia radicalmente intacta, intocada. Não é essa a perspectiva de salvação da Amazônia – a sua intocabilidade. O problema é o ataque desordenado com perspectivas de lucro imediatista. Há uma grande controvérsia se são 6% ou 8% do território que já foi desmatado. Que seja menos de 10%, ainda é uma porcentagem relativamente pequena. O problema não é esse; o problema é a maneira como isso está sendo feito.

P – *O pronunciamento do ministro do Exército repercutiu como entre os antropólogos que trabalham com indígenas?*

R – A fala do general assustou muita gente, deve ter assustado muitos índios e acho que assustou os cidadãos de bom senso. Ela assusta por quê? Ela assusta, porque revela um retrocesso político do País. Ela revela o retrocesso em relação à concepção da cidadania. Nós temos engolido tudo meio indistintamente, eu acho que o processo digestivo do brasileiro ainda não está na fase de fazer mal. Temos engolido essas coisas que nos assustam. E nesse sentido é muito bom que o general tenha dito essas coisas, porque assim sabemos com quem estamos falando. ●